

da ação do Plano de Pastoral de Conjunto. É justamente aqui, a "porta de entrada" para a implantação das futuras Comunidades Eclesiais de Base. Mas isto é uma outra história.

Endereço do Autor:

SQN 212 – Bloco F – Ed. Darcy Ribeiro – Apt. 201

Asa Norte

70864-060 Brasília-DF/Brasil

E-mail: sergioc@ucb.br e serpat.cutinho@terra.com.br

CENSURADO: O JORNAL SÃO PAULO E A DITADURA MILITAR 1964-1985

Edgar da Silva Gomes

RESUMO

O artigo a seguir tem por objetivo apresentar uma pequena parte de uma pesquisa maior que está em desenvolvimento há aproximadamente dois anos (2003-2005) relacionada à censura à imprensa católica em São Paulo, mais especificamente ao jornal O São Paulo. Houve um recrudescimento na ditadura militar no Brasil após o ano de 1968 com a publicação de mais um ato institucional, o AI-5, que perseguiu todo e qualquer "inimigo do Estado" onde uma parte da imprensa brasileira foi sistematicamente censurada pela política do Estado autoritário brasileiro pós-64. Neste artigo não serão tratados os aspectos contraditórios dos períodos de "maior ou menor" perseguição e seus envolvimento com múltiplos interesses e os conflitos entre o Estado e a sociedade civil. Este artigo se restringe apenas em fazer um comentário sucinto do período em questão e apresentar algumas matérias censuradas no jornal "O São Paulo" e que tiveram o explícito interesse em conscientizar a população ou se defender de acusações dos ditadores que acusavam membros da Igreja Católica de marxismo por se posicionavam a favor da justiça. Os documentos estão sendo pesquisados prioritariamente nos arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo (ACMSP), no arquivo do Estado de São Paulo (AESP-DEOPS) e no arquivo do jornal O São Paulo.

ABSTRACT

The following article has for its objective to present a small part of a bigger research, which is in development for about two years (2003-2005) related to the censorship of the catholic press in São Paulo, more specifically to the newspaper "O São Paulo". There was an intensification of censure during the military dictatorship in Brazil after the year of 1968 with the publishing of more than one institutional act, the AI-5, that persecuted all and any "enemy of the State" where one part of the Brazilian press was systematically censored by the politics of the authoritarian Brazilian State, after 64. In this article the contradictory aspects of the periods of "major or minor" persecution and its involvement with multiple interests and the conflicts between the State and the civil society will not be treated. This article is restricted only in making a brief comment of the period in question and presents a few censored subject matters in the newspaper "O São Paulo" which had the explicit interest in making people conscious or defend itself from the accusations of the dictators who accused members of the Catholic Church of Marxism for their position in favor of justice. The documents are being examined with priority in the archives of the Metropolitan Curia of São Paulo (ACMSP), in the archives of the State of São Paulo (AESP-DEOPS) and in the files of the newspaper "O São Paulo".

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade apresentar uma pequena análise de um tema que não se esgota nas pesquisas da história hodierna do Brasil: a ditadura militar. Mais especificamente o artigo aborda a censura ao jornal *O São Paulo*. A ditadura militar no Brasil é ainda hoje um "tema tabu" que precisa ser enfrentado e superado, principalmente se a discussão envolver "A punição dos envolvidos e as arbitrariedades daquele período".

A punição aos envolvidos (tanto de direita quanto de esquerda) em diversos crimes que ocorreram no período ditatorial brasileiro (1964-1985) é

um sonho distante, no entanto, não podemos deixar de citá-lo sempre que a situação se fizer presente, sem exageros, mas em perspectiva da justiça. Nesta introdução esta questão é levantada apenas como uma contribuição para reavivar sempre a busca pela realização da justiça, e, isto só será possível com a abertura dos arquivos que estão nas repartições governamentais, privando a sociedade ao acesso de um direito seu e que pensávamos estaria à disposição com a queda do regime militar, mas ao que tudo indica a censura do regime militar neste país é *indelévelis*.

O regime militar terminou com a redemocratização do país e a eleição de Tancredo Neves. A censura não foi incluída no "pacote" de reivindicações do povo brasileiro? Entretanto este artigo retomará seu foco principal que é analisar parcialmente da questão da censura a imprensa católica no regime militar.

BRASIL: UM PAÍS SEM TRADIÇÃO DEMOCRÁTICA DE FATO

O Brasil foi governado sob o regime militar durante vinte e um anos através de um golpe imposto à população em 31 de março de 1964. A Igreja Católica sempre foi presença importante na história de nosso país, e neste período um grande contingente de fiéis e parte do clero esteve envolvido na solução dos problemas que afligia a população em geral. Uma pequena parcela da hierarquia da Igreja Católica deu apoio e procurou estar ao lado da sociedade, independente de sua profissão de fé ou condição socioeconômica.

O Brasil foi colônia portuguesa por mais de trezentos anos. A "independência" conservou a monarquia que continuou favorecendo as elites "brasileiras". Proclamou-se a República que ainda engatinhava e logo o país mergulhou no "populismo ditatorial" de Getúlio Vargas. Elegeram-se um governo em 1961 através do voto popular. O então presidente Jânio da Silva Quadros, que através de um: "ato destinado a provocar reação popular em favor de seu retorno com amplos poderes e sem o Congresso – não me convenceram a respeito da capacidade do vice João Goulart (tido como "herdeiro" do ditador

*Getulio Vargas) como autentico líder. Contava-se mil casos a respeito de sua frouxidão e falta de comando (...)*¹”.

Com este fraco histórico o “golpe de 64” teve seu estopim com a revolta do governador mineiro, Magalhães Pinto. Os militares mineiros marcharam para o Rio de Janeiro onde Carlos Lacerda os esperava apoiando o golpe. Foi eleito para governar o país o marechal Castelo Branco. Ao invés de se estabelecer “a ordem” e devolver a população seu direito à liberdade de expressão, o país mergulhou em uma das mais tristes páginas de sua história.

O governo militar impôs então a população uma das mais humilhantes situações já vivida no país: a *ditadura militar*. O presidente Costa e Silva endureceu o regime militar “proporcionando a população o amargo AI-5”. No dia 13 de dezembro de 1968 através de mais um Ato Institucional, o AI-5, que sumariamente fortaleceu os ditadores. O AI-5 foi o mais truculento ato do regime que cerceou a grande maioria da população brasileira de sua até então retalhada liberdade.

OS MILITARES E A PERSEGUIÇÃO À IMPRENSA

Toda “a lei” naquele período foi O *Estado* representado na pessoa do Presidente da República e apoiado pelas Forças Armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica. As Constituições federal e estadual de 24 de janeiro de 1967 foram mantidas (AI-5, Art. 1). No entanto por qualquer decreto que a presidência da republica achasse conveniente poderia ser revogada qualquer ação popular mesmo que inconstitucionalmente. Bastava os ditadores entenderem que algum movimento da população atentasse contra a segurança nacional. Neste caos institucionalizado nem a magistratura debilitada pela ditadura pode defender o direito de um cidadão ou associação perseguido pela ditadura militar.

¹ P. E. CARDEAL ARNS. *D. Paulo Evaristo Arns: Da esperança a utopia* testemunho de uma vida, p. 345.

Neste contexto se intensificou a perseguição a qualquer órgão da imprensa falada ou escrita que pudesse conscientizar a população. O progresso tão alardeado no país produziu um ônus que está sendo pago até hoje. A riqueza de uma minoria foi construída sobre a miséria e a ignorância da maioria da população. Educação e consciência pra quê? Um povo ignorante e sem senso crítico seria mais fácil de manipular. E foi isto que aconteceu. E foi por isso que tantas vidas se perderam. E foi por isso que jornalistas que queriam informar foram perseguidos. Os jornais e revistas foram censurados, rádios² e televisões amordaçadas.

A Carta Magna das Nações Unidas – Declaração Universal dos Direitos Humanos do Homem manifesta em seu Art. 19: “*Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão. Esse direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir, informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras*”. A ignorância da população serviu de escudo a um governo covarde. O sangue dos que propugnavam a liberdade da população talvez tenha manchado este artigo da Carta Magna das Nações Unidas que foi assumida pela nação brasileira, mas desrespeitada pelos ditadores.

E QUEM NÃO SE ALINHASSE AO IDEAL DOS MILITARES?

A imprensa católica da arquidiocese de São Paulo juntamente com seu bispo D. Paulo Evaristo Arns foram perseguidos e difamados. O jornal “O São Paulo” foi censurado inúmeras vezes. As notícias censuradas foram substituídas por anúncios até “estamparem” grandes lacunas sem notícia alguma em suas páginas. A censura prévia foi baseada em leis impostas aos meios de comunicação e a população sem direito de manifestação. Reivindicar foi in-subordinação grave reprimida com a violência própria do regime.

² A Rádio 9 de Julho emissora da arquidiocese de São Paulo foi lacrada pelo governo Médici, sendo reinaugurada vinte e seis anos depois.

O Presidente Médici confirmou a censura prévia que foi publicada no *Diário Oficial da União*³ no dia 20 de junho de 1973. O MDB tentou convocar o Ministro Alfredo Buzaid para falar sobre a censura. A tentativa foi obstruída na Câmara dos deputados pela ARENA que rejeitou o pedido. O líder da Arena, Geraldo Freire se pronunciou sobre a legalidade do ato presidencial. Alegou ele que era um ato que defendia os ideais da Revolução, "(...) para o povo brasileiro ter o direito de pensar como quer. Porque se não fosse a Revolução, os elementos do MDB estariam neste momento com um cadeado prendendo-lhes os lábios"⁴.

A CONVENIÊNCIA DOS "FATOS" (...)

Estavam liberadas as matérias que contrariamente a verdade praticada na arquidiocese de São Paulo invertia os fatos demonizando suas ações. Assim fez o jornalista Salomão Jorge na *Seção Livre* do dia 9 de abril de 1972 do jornal *O Estado de São Paulo*. A matéria foi publicada com o título *A Cúria Metropolitana e a Imprensa*. É uma matéria extensa e cheia de citações do Magistério da Igreja e dos Evangelhos. Mas deturpando a realidade e utilizando comentários de um bispo que foi tão nocivo à população quanto o regime militar, D. Geraldo Proença Sigaud.

³ Ministério da Justiça – PR 5.005/73 – Exposição de motivos nr. GM-229-B de 20 de junho de 1973. Diante do exposto, neste processo, pelo senhor Ministro da Justiça:

I – Ratifico o despacho exarado em 30 de março de 1971, na exposição de motivos nr. 165-B, de 29 de março daquele ano, no qual adotei, em defesa da Revolução, com fundamento no artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, as medidas previstas no artigo 155, parágrafo 2.º, letra E, da emenda constitucional n.º 1;

II – Tendo a decisão proferida no mandado de segurança impetrado pela Editora E nubia Limitada afirmando não existir, nos autos, prova de imposição de censura por ato do presidente da República, reitero a autorização ao Ministério da Justiça para que, através do Departamento de Polícia Federal, estabeleça a censura quanto ao periódico "Opinião". Brasília, 20 de junho de 1973.

⁴ ACMSP. Documentos em fase de Catalogação.

Em um dos trechos da extensa matéria se pode ler: "(...) Mas quem ignora que a Igreja foi invadida por uma corja de alicantineiros, desfrutadores, como nunca ocorreu em tão grande numero, ao longo de toda a sua história? (...) A orquestra vermelha, como a sonata de tartini, 'Trilo do Diabo' começou por empolgar os seminários, corrompendo o do Viamão. Todos puseram-se a dançar aos acordes da musica: os frades do 'Brasil Urgente' clérigos nordestinos, reverendos de Universidades católicas, dominicanos das Perdizes que fizeram do convento um covil, em que se conspirava contra o Brasil (...) não foi somente ele quem denunciou a existência dos padres metidos no movimentos de comunização do clero, mas um dos mais ilustres sacerdotes do Brasil, o Bispo de Diamantina, o qual não entrou na hierarquia da Igreja pela janela, mas pela porta da frente, D. Geraldo Proença Sigaud. Há – afirmou ele – uma penetração, cada vez maior e mais perigosa das teses marxistas e comunistas nos seminários e conventos (...) A verdade é que o maior culpado de todo este badanal não é só o padre, mas principalmente o Bispo que o governa (...) o Arcebispo de São Paulo, que não deve privar-se nunca do que Pio XII chamou 'o dever gravíssimo de prover e vigiar (...) Se d. Evaristo emudece diante das afrontas e aberrações do seu comandado, é claro que, com o silencio e a omissão, se presume que a opinião do padre é também a dele"⁵.

Esta matéria elencou uma diversidade de assuntos comentados na época como divórcio, celibato. Mas nela o tom desmoralizador se endereçou a pessoa de D. Paulo e ao semanário da arquidiocese de São Paulo. Neste período o jornal *O São Paulo* já incomodava o regime militar tentando (e às vezes conseguindo) publicar matérias de cunho político-social. A ação da Igreja tendo como um de seus porta-vozes o jornal da arquidiocese que passou a tomar partido dos oprimidos e precisava cessar.

⁵ ACMSP. Documentos em fase de catalogação.

**(...) E O FATO QUE NINGUÉM ACREDITOU:
O "SUICÍDIO" DE VLADIMIR HERZOG**

O assassinato de Vladimir Herzog no ano de 1975 foi um dos fatos que fizeram com que a população começasse a perceber de maneira mais clara que algo de podre andava acontecendo nos porões da ditadura militar. Herzog, casado com dona Clarice e pai de dois filhos, jornalista da TV Cultura se "suicidou". Os militares pareciam menosprezar a capacidade de uma população oprimida em reagir. Mas houve grande comoção na sociedade, a imprensa amordaçada pela censura conseguia furar o bloqueio dos censores em raras oportunidades, no entanto esta sociedade começava a se mobilizar contra as arbitrariedades do regime militar.

Um culto inter-religioso foi celebrado no dia 31 de outubro de 1975 na Catedral da Sé em São Paulo e por todo o Brasil houve manifestações de apoio. Entre os mais de oito mil presentes se encontravam D. Helder Câmara, o reverendo James Wright e o rabino Henri Sobel e algumas personalidades da política e do meio artístico: o senador Orestes Quêrcia, o deputado Natal Galé e o deputado Airton Soares, o ator Walmor Chagas e o dramaturgo Plínio Marcos, além de dona Clarice e seus dois filhos.

O governo federal inconformado com a iniciativa de D. Paulo tentou intimidar a manifestação de indignação da população através do ato religioso e o então presidente da República Ernesto Geisel pediu que o governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, pedisse a D. Paulo que cancelasse a cerimônia. O coronel Erasmo Dias, memorável por sua truculência tentou advertir a pedido do governo que a cerimônia não se realizasse. Calaram a imprensa em mais um fato vergonhoso do regime militar, mas o ato religioso seguiu em frente confirmando no ninguém acreditou: que um pai de família cumpridor de seus deveres teria se suicidado. A população a partir daí começou a se mobilizar pela redemocratização do país.

**D. PAULO EVARISTO ARNS:
MAIS UM CARDEAL PROIBIDO PELO REGIME MILITAR**

No dia 22 de fevereiro de 1974 o cardeal de São Paulo tentou através do órgão de imprensa escrita da arquidiocese se comunicar com seu clero. A matéria foi censurada. Segue abaixo parte do texto que se tem acesso no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo:

"Prezado Pe. Vigário, Paz e Bem! Três acontecimentos me levam a essa comunicação fraterna: o incêndio do edifício Joelma, a morte do Pe. Luis Gonzaga Biazzini e as prisões de elementos ligados à nossa ação pastoral. 1.o – (...) celebramos missa em sufrágio às vítimas do incêndio pavoroso (...) procuramos ainda conclamar a todos para a prevenção contra semelhantes catástrofes. 2.o – (...) exéquias do Con. Luis Biazzini, Vigário de Vila Guilherme. Apesar de a doença (câncer) que o vitimou (...) 3.o – Nosso Bispo Auxiliar Dom Lucas Moreira Neves teve ocasião de participar-lhe, na semana passada, a notícia de que se haviam efetivado numerosas prisões de elementos, direta ou indiretamente ligados à nossa Pastoral. Trata-se de pessoas empenhadas nos trabalhos da FASE, RENOV, Teatro Popular, Pastoral Operária, etc. A certa altura desta semana conseguimos identificar nomes e circunstâncias de prisão de mais de vinte elementos, todos de uma ou de outra forma ligados à ação da igreja. Entre eles figura o nome do Sr. Waldemar Rossi, membro da subcomissão paulista "Justiça e Paz". Uma vez que tais prisões se fizeram de maneira mais do que misteriosa, sem mandato de prisão e sem atenções para com as famílias e as próprias pessoas, elas tinham que alarmar-nos. Mais a Igreja não pode, em circunstância alguma, abandonar os filhos que a ela se dedicam. (...) Dom Lucas, com o apoio irrestrito dos Vigários Episcopais e do Conselho de Presbíteros, não só comunicou o ocorrido a todos os Padres, mas empenhou-se incansavelmente pelos presos e seus familiares. O mesmo fizeram os sacerdotes e fiéis das comunidades atingidas. Destaque especial mereceram os intrépidos advogados. (...) Gostaria que comunicasse a todos os que rezaram ou de outra forma contribuíram para a solução, as seguintes notícias: a) a maioria dos que estiveram presos no início da semana já estão soltos e outros prestes a

recuperar a liberdade; b) continuam presas diversas pessoas, com as quais esperamos comunicar-nos em breve; c) não sabemos ainda os motivos reais das prisões, embora tenhamos certeza de que muitos interrogatórios versaram sobre a ação e organização da Igreja; d) alguns sofreram muito, e nos toca a nós elucidar, por que tais métodos absurdos continuam a ser empregados. Meu prezado Pe. Vigário, espero ter cumprido um dever ao participá-lhe tais ocorrências (...). Vivemos para servir, na certeza da Ressurreição. Um abraço de seu Paulo Evaristo, Cardeal ARNS".

UMA MINORIA LUTA CONTRA A OPRESSÃO DO REGIME MILITAR

Uma parte da Igreja no Brasil lutou contra as arbitrariedades do regime militar. O conceito da Igreja *"unidade na diversidade"* tornou-se ambíguo no seio da própria Igreja nestes tempos difíceis. Foi uma minoria do colegiado episcopal que se uniu para defender o direito do povo contra a opressão do regime. O comentário feito por um jornalista no Jornal do Brasil sobre uma reunião da CNBB em Aparecida, SP, no ano de 1967 demonstra o que aconteceu no episcopado brasileiro naquele período: *"(...) a CNBB tinha sido, antes, uma cabeça sem corpo, e era agora um corpo sem cabeça"*⁶. *"(...) O golpe forçou uma regressão na Igreja brasileira, provocou uma crise institucional dentro da qual a organização se defrontou com várias contradições que a tornaram incapaz de reagir à constante diminuição de influência"*⁷.

O Concílio Vaticano II avançava em questões sociais e a Igreja no Brasil sofreu com respostas antagônicas quanto sua aplicação nas questões de defesa da sociedade brasileira. Sua colegialidade foi colocada à prova. Homens como D. Helder Câmara queriam colocar em prática as ações sociais propostas na declaração de Paulo VI, a *"Populorum Progressio"*. Outros bispos preocupados com suas posições se curvaram à situação política bra-

⁶ T. C. BRUNEAU. *O Catolicismo brasileiro em época de transição*, p. 228. APUD. Otto Engel, *Jornal do Brasil*, 4 de maio de 1967.

⁷ *Ibidem*, p. 228.

sileira. Afinal aquelas idéias de direitos aos excluídos poderiam retinir aos ouvidos do poder como um "manifesto comunista". Em São Paulo não foi diferente. A omissão as arbitrariedades do regime só encontraram oposição da hierarquia com a nomeação de D. Paulo Evaristo Arns que substituiu o Cardeal Rossi ao ser designado para assumir um cargo na Cúria Romana e D. Helder Câmara foi constantemente "lembrado" pelos generais do regime: *"Helder Câmara, que, há muitos anos abandonou seus afazeres pelo turismo na Europa, a pretexto de conferencias para falar mal do Brasil (...)"*⁸

A IGREJA CAMINHA COM SEU POVO!

O jornal da arquidiocese foi um veículo de comunicação importantíssima para a Igreja de São Paulo e seu Cardeal intercederem pela população de brasileira. Mesmo com toda perseguição a luta pela liberdade aconteceu na arquidiocese.

O jornal O São Paulo⁹ publicou um editorial com o título *"A Igreja caminha para a esquerda?"*. Este editorial teve 40 linhas censuradas, saiu mutilado em sua essência, principalmente no que se refere ao subtítulo *"Resposta ao MEC"*. O texto comentava um relatório de 31 de janeiro de 1974. Redigido pela *Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura*. O relatório acusava a Igreja de ter em seu seio infiltrações marxistas. Este Órgão citou em seu texto *"um frade dominicano"* que o jornal indicou nominalmente como sendo o dominicano *Frei Beto*. Na ocasião Frei Beto foi libertado após dois anos de prisão. Condenado por *"atividades subversivas e de apoio à guerrilha"*. Seu nome foi censurado do texto original que seria publicado. Mas, no entanto não foi censurada nenhuma linha da opinião de D. Geraldo Proença Sigaud que comentou o marxismo na Igreja no artigo acima citado na seção livre do jornal O Estado de São Paulo. O

⁸ AESP. DEOPS – 50-D-26-5708-5710. Relatório mensal de informações n.º 03/78/CISA.

⁹ A publicação do jornal "O São Paulo" é semanal. Este editorial é da semana de 9-15 de fevereiro de 1974.

bispo de Diamantina, MG, havia participado dias antes na cidade do Rio de Janeiro do II Congresso da Confederação Anti-Comunista Latino-Americana. Onde falou na sessão de abertura para os congressistas de todo o Continente.

Na mesma página o título de outro editorial: “A propósito de um documento” responde ao documento do MEC em seis pontos. No editorial se escreveu que: “(...) a grave denúncia torna imperiosos os seguintes esclarecimentos no que diz respeito à Igreja e suas instituições (...) 1. É certo que de alguns anos para cá veio alterando-se a tática do combate a religião por parte de marxistas e comunistas (...)”. Mas o que seria a conclusão do editorial foi censurado. O editorial chegaria à população assim: “Parece injusto, entretanto e simplista, dividir os brasileiros em dois grupos – o dos patriotas e o dos antipatriotas – situando todos os que refletem, criticamente, sobre a situação nacional, entre os segundos. Também amam o Brasil os que o desejam mais humano, mais fraterno e mais cristão.”¹⁰.

Qualquer artigo destinado a conscientizar a população foi censurado. Em poucas oportunidades no período do regime militar a imprensa nacional conseguiu uma chance para se posicionar contra as arbitrariedades cometidas contra a população brasileira.

A IMPRENSA BRASILEIRA DRIBLANDO A CENSURA

Um desses momentos de “brecha” para a imprensa se posicionar foi com a rápida passagem pelo Brasil do presidente americano Jimmy Carter. O ano era 1978 e a situação estava ficando insustentável. O Cardeal Arns e seu amigo o Revdo. James Wright articularam este encontro relâmpago com Carter. O Cardeal Arns conseguiu falar a sós com Carter durante quarenta minutos. A conversa foi na limusine que levou o presidente americano ao aeroporto e D. Paulo expôs a grave situação que foi imposta no Brasil pela

¹⁰ ACMSP. Documentos em fase de catalogação.

ditadura militar. Na conversa D. Paulo comenta com Carter que as técnicas de torturas nas prisões do regime tinham sido ensinadas pelos agentes da CIA deixando o presidente americano sem resposta.

A Polícia Federal não censurou os jornais durante a visita de Carter ao país. A Folha de São Paulo aproveitou a ocasião e publicou uma lista com o nome das pessoas que estavam desaparecidas. Também na ocasião foi lançada a 4.ª edição do livreto sobre a Declaração dos Direitos Humanos pela CESE uma instituição ecumênica criada em 1973 no estado da Bahia. A imprensa deu ampla cobertura a este acontecimento¹¹.

A PARCIALIDADE DOS ÓRGÃOS REPRESSORES NO REGIME MILITAR

O Cardeal Arns respondeu sempre que pode a toda provocação do regime. Isto deixou alguns registros inflamados nos arquivos do DEOPS como o que se segue: (...) não será fácil, sem morrer muita gente. Mas no dia em que o Partido Comunista conseguir sair vitorioso no Brasil, o primeiro a merecer uma estátua em praça pública não será Carlos Prestes, mas o ilustre cardeal de S. Paulo. D. Evaristo Arns, que se especializou em provocar o regime e a apoiar tudo aquilo que sirva de instrumento contra ele. (...) faz muito tempo que sua atividade é política. A serviço das esquerdas, que são o maior inimigo do regime brasileiro (...) as declarações de D. Evaristo são um primor de gaiatice (...) o que um bispo deve fazer é comportar-se com dignidade, para evitar que um general o chame de subversivo (...) Se um bispo não pode dizer se um general é bom em cavalaria, do mesmo modo não pode se meter em política (...) Sob pena de comprometer sua verdadeira missão sacerdotal (...) o general Euclides Figueiredo falou com base, conhecedor do problema de agitação de sua área por parte de religiosos¹².

¹¹ E. SYDOW; M. FERRI. *Dom Paulo Evaristo Arns um homem amado e perseguido*. p. 240-264.

¹² AESP. DEOPS n 50-D-26-5708-5710. Relatório Mensal de Informações nº 3/78 CISA

As declarações de alguns relatórios existentes nos arquivos¹³ do DEOPS têm um tom quase que passional. Não parece se tratar de um documento investigativo com uma opinião oficial. Alguns desses relatórios não trazem nem mesmo a assinatura de quem os elaborou. Os fatos narrados sobre os atos praticados por seus *suspeitos* tomaram contornos pessoais. Praticando a mesma arbitrariedade, meio utilizado constantemente naquele contexto. Pode-se fazer uma análise simplista destes relatórios da seguinte forma: A impressão que se tem é que as pessoas recrutadas pelos órgãos de repressão passavam por uma lavagem cerebral.

O informe do DEOPS N. 204 S/104-CIE tratou da "A infiltração de esquerda nos meios de comunicação de massa em São Paulo". O relatório comentou que existiam movimentos de esquerda atuando na imprensa de São Paulo. O caso foi tratado como preocupante. "Antecedentes: Os meios de comunicação de massa sediados em São Paulo, por força da importância de sua área de atuação, foram sempre alvos de infiltração comunista (...) O atual estágio da infiltração de esquerda nos meios de comunicação de massa em São Paulo pode ser considerado preocupante. E isso menos pelo número de agentes em ação, mas mais pela sua agressividade e ousadia, como foi demonstrado no recente episódio que envolveu o suicídio de Herzog. (...) atuantes dentro dos jornais, rádios e televisões de São Paulo. A partir daí eles executam um verdadeiro plano de aproveitamento do êxito. Seus objetivos visam consolidar o domínio sobre as redações, afastar os focos de resistência democrática (...)". O texto é ambíguo e o nome dos supostos comunistas comprometidos não tem uma afirmação categórica de como "atuavam". Em um parágrafo citam que determinado jornalista afastou da chefia da redação da *Folha de São Paulo* o chefe de formação anticomunista¹⁴. Não ficou detalhado como esta informação chegou até o DEOPS, os documentos foram tratados como *Confidencial* e as "informações" parecem sem muito fundamento, afinal qualquer cidadão poderia ser anatematizado como comunista na ditadura militar.

¹³ AESP. DEOPS n. 50-D-26-5708-5710; 50-Z-9-43611-43617.

¹⁴ Os nomes foram preservados por se tratar de profissional em atividade e de projeção na mídia nacional. Consultar AESP-DEOPS n.º 50-Z-9-43611-43617.

O ATO DA PENHA NO ANO DE 1977

Uma frase do *Ato da Penha* no ano de 1977 exprime o motivo da perseguição da Igreja em São Paulo: "A Igreja não sofre perseguições quando se acomoda às injustiças, atuando somente na esfera tranqüila da sacristia e voltando-se para uma espiritualidade abstrata desligada dos problemas atuais (...) não basta exigir que o governo ponha fim às arbitrariedades contra os missionários. As arbitrariedades continuarão, se continuarem às estruturas da injustiça que as provocam. E essas estruturas só serão modificadas quando o próprio povo puder propor e encaminhar as mudanças a seu favor"¹⁵.

O ato da Penha foi em desagravo à perseguição a Igreja em todo o Brasil. Uma Igreja que assumiu com a população a pesada cruz que teve de carregar. Apoiou a população e seus fiéis e defendeu seus irmãos no episcopado da Igreja no Brasil. Os bispos de São Paulo defenderam Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino¹⁶. Uma acusação de marxização na Igreja infelizmente partiu da desinformação de Dom Geraldo Proença Sigaud, o extremo conservador bispo de Diamantina, MG, e do governo militar. D. Paulo resumiu bem esta história de marxização da Igreja a um grupo de jornalistas no Hotel Hilton: "Os bispos provaram à sociedade que não são comunistas, pois seus argumentos se centralizaram em três pontos que resumem o cerne da questão: não são ateus, não são materialistas e são contrários a toda e qualquer ditadura"¹⁷.

A IMPRENSA BRASILEIRA TENTOU RESISTIR À CENSURA

O Jornal do Brasil noticiou algumas matérias importantes no início do cerco da censura aos meios de comunicação. No dia 10 de maio de 1972 o

¹⁵ E. SYDOW; M. FERRI. *Dom Paulo Evaristo Arns um homem amado e perseguido*. p. 219.

¹⁶ Bispos da Prelazia de São Félix do Araguaia e bispo de Goiás.

¹⁷ E. SYDOW; M. Ferri. *Dom Paulo Evaristo Arns um homem amado e perseguido*. p. 218 APUD, *Diário Popular*.

Jornal do Brasil publicou uma reportagem sobre o boletim Ecclesia da arquidiocese de São Paulo. O texto era um protesto contra a censura: "(...) Em editorial publicado na primeira página de sua edição de ontem, o Boletim Informativo do Centro de informações Ecclesia diz que 'o mínimo que se pode desejar dos modernos instrumentos de comunicação social é a verdade dos fatos que divulgam (...) Lamentavelmente – continua o editorial de Ecclesia – como se poderá deduzir até mesmo de informação divulgada através deste boletim, nem mesmo a imprensa católica, pela primeira vez em sua história, está encontrando a liberdade para um leal serviço da verdade. Os seus modestos recursos de comunicação encontram-se sob censura e pressões de toda ordem, sem poder informar e menos ainda, apreciar, criticamente, os acontecimentos do país. Haverá, perguntamos, algum benefício para o bem comum decorrente de tal situação, violadora do Artigo 1º da Lei de Imprensa, promulgada solenemente a 9 de novembro de 1967, neste Governo?'¹⁸.

O Jornal do Brasil publicou também a notícia da ação que o jornal paulista "O Estado de São Paulo" impetrada contra a União alegando prejuízo por causa da censura. A notícia foi veiculada na edição de 2 de junho de 1973. "(...) O juiz da 1ª Vara da Fazenda Federal Sr. Luis Rondon Teixeira Magalhães, está estudando a ação ordinária ajuizada pelo jornal O Estado de S. Paulo contra a União, argüindo prejuízos com a censura imposta ao jornal, (...) O procurador Muylaert vai comparar as informações da Polícia Federal, que é agente da censura, com os elementos constantes dos autos do processo (...)"¹⁹.

A perseguição contra a imprensa estava apenas no começo. O art. 9º do AI-5 conferia ao Presidente da República o direito de suspender a liberdade de reunião e de associação e estabelecer a censura de correspondência dos meios de imprensa, comunicações e toda diversão pública. O art. 152, parágrafo 2, alíneas D e E da constituição de 1967 também facultava ao Presidente o mesmo poder para censurar a imprensa.

¹⁸ ACMSP. Documentos em fase de catalogação.

¹⁹ Ibidem.

O jornal *O Estado de São Paulo* em sua edição de 15 de fevereiro de 1978 duvidou de seu fim. O título da matéria foi: "*Censura interrompe vetos as notícias, pode ser teste*". Segue anunciando que: "(...) Como ninguém se sente garantido, as aberturas nos noticiários são irrelevantes. Nenhum editor se animou, por exemplo, a encerrar noticiosos com informações nacionais. Continua o recurso de fechar os jornais com noticiário internacional habitualmente olhando com benevolente desinteresse pela censura".

O jornalista Ewaldo Dantas Ferreira acusou "a censura" de discriminadora. Diretor do semanário da arquidiocese de São Paulo ele reclamou que: "O que estamos sofrendo no 'O São Paulo' não é mais censura, é um ato de provocação, de covardia, pois matérias que já foram publicadas por outros órgãos da imprensa estão sendo vetadas no jornal da Igreja". Esta matéria foi publicada no dia 5 de agosto de 1977 no jornal *O Estado de São Paulo*.

A CENSURA CONTINUA?

Em abril de 2003 a Professora da USP, Maria Aparecida de Aquino²⁰ analisou um caso de censura prévia à revista *Você S/A*, qualificando o caso como de caráter político: "(...) da censura prévia a *Você S/A* pode ser lido como censura de caráter político porque o Estado, por intermédio de um de seus poderes – o Judiciário –, acatou o pedido liminar de uma empresa e impediu por um período a veiculação da matéria sobre 'Indústria de Recolocação Profissional'. A publicação ficou condicionada à 'prévia' leitura do material a ser publicado, pela empresa, que poderia liberá-lo ou não". A matéria foi publicada após liberação em abril de 2003 edição nº 58. A matéria de Cássio Utiyama e Dalen Jacomino, teve como ponto de partida algumas denúncias a respeito do mau procedimento de algumas empresas do seguimento de recolocação profissional²¹.

²⁰ Professora de História Contemporânea do Departamento de História da USP. Autora de *Censura, Imprensa, Estado Autoritário*.

²¹ C. UTIYAMA; D. JACOMINO. *A Indústria da Recolocação. Você S/A*, São Paulo, ed. 58, abr. 2003.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As matérias censuradas no jornal *O São Paulo* foram basicamente aquelas que tinham por objetivo conscientizar a população. O regime com o pretexto de manter um “Estado Democrático” e impedir o comunismo alienou a sociedade impondo um “Estado de Terror”. A Ditadura Militar se sustentou durante vinte e um anos torturando e alienando a população.

A dignidade humana foi censurada! Não havia liberdade. A liberdade como um dom de vida. Não se tinha a liberdade como poder de ação responsável dentro de uma sociedade civil organizada. Foi um período de pavor generalizado. Afinal qualquer um poderia delatar os “comunistas”. Ninguém sabia sabe se o colega da mesa ao lado era um delator do regime.

Esse terror todo fez parte de um passado que causa ainda hoje peso em muita gente. A ditadura militar terminou. E a censura? Que fim levou a censura no Brasil do século XXI? Os homens e mulheres bem informados aprovariam as repressões e as guerras? A informação deve ser responsável e verdadeira para não justificar ideologias fascistas e inconseqüentes.

A comunicação é muito importante na vida do homem. O Concílio Vaticano II empenhado em motivar a comunicação dentro e fora da Igreja, discutiu e aprovou um dia dedicado as comunicações. São Francisco de Sales é o padroeiro das comunicações e neste dia o Papa envia uma “mensagem comemorativa” a toda Igreja. No ano de 2003 o Papa lembrou mais uma vez a importância do bem comum realizado pela informação: “(...) fundada na verdade, construída segundo a justiça, alimentada e consumada na caridade, realizada sob os auspícios da liberdade (...). Por conseguinte, a minha oração no Dia Mundial das Comunicações deste ano é para que os homens e mulheres dos mass media estejam cada vez mais plenamente a altura do desafio da sua vocação: o serviço ao bem comum universal. O seu cumprimento pessoal e a paz e a felicidade do mundo dependem em grande medida disto. Deus os abençoe com a luz e a coragem. Vaticano, 24 de Janeiro de 2003. (...) João Paulo II”.

A imprensa no Brasil deve almejar sempre a informação de boa qualidade, deixando de lado as ideologias partidárias para que possa formar na sociedade brasileira cidadãos conscientes de seus deveres e de seus direitos e o direito a democracia deve estar acima de interesses particulares.

Edgar da Silva Gomes é mestrando em História da Igreja, na Pontifícia faculdade de Teologia N. Sra. da Assunção –SP.